

OS CONFRONTOS FRONTEIRIÇOS ENTRE D. AFONSO V E OS REIS CATÓLICOS

por **Humberto Baquero Moreno**

Na sequência do falecimento de Henrique IV de Castela ocorrido em 12 de Dezembro de 1474, o rei de Portugal D. Afonso V escreveu aos principais fidalgos do seu país dando-lhes conta que se encontrava na firme disposição de invadir o reino vizinho. Dando cumprimento aos seus anseios o monarca português concedeu ao seu filho, o príncipe D. João, estando em Portalegre em 25 de Abril de 1474, uma carta em que lhe outorgava, durante a sua ausência, um regimento que o habilitava a reger, governar e defender o reino, com o poder de conceder tenças em dinheiro e de doar terras e castelos¹. Prudentemente D. Afonso V, três dias depois da concessão do regimento procedia à divulgação do seu testamento em que declarava que seu filho, o príncipe D. João, era o herdeiro da coroa, recomendando aos seus súbditos que o acatassem como seu soberano e lhe obedecessem em tudo, utili-

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Gaveta XIII, maço 10, n.º 9; *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fol. 71v; *Livro 1 de Reis*, fols. 44v-45 e *Livro 2 de Místicos*, fol. 64-65. Publicado, com algumas incorrecções, por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. II, 2.ª parte, Lisboa, 1917, pp. 113-114. Veja-se, ainda, Andres Bernaldez, *Memorias del Reinado de los Reyes Catolicos*, ed. e estudo de Manuel Gomez-Moreno e Juan de Mata Carriazo, Madrid, 1962, cap. X, pp. 26-29.

zando para o efeito o formulário conhecido. Além disso preocupado com a execução do seu testamento determinava que fossem seus testamenteiros, além de seu filho, o arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa e o vedor da Fazenda Gonçalo Vaz². Tendo deixado Portalegre e encontrando-se em Arronches, o monarca procurou aquietar a ansiedade do príncipe D. João, quando por instrumento de 12 de Maio, deixou bem claro qual seria o mecanismo de sucessão ao trono de Portugal, ao esclarecer que o seu próximo casamento com Dona Joana e na expectativa duma possível descendência não punha em causa os direitos que pertenceriam a um seu neto que nascesse da ligação entre seu filho e Dona Leonor³. Efectivamente, menos duma semana depois, em 18 desse mês, nasceu em Lisboa o príncipe D. Afonso⁴.

Um aspecto que muito terá impressionado D. Afonso V deve ter resultado da circunstância de lhe ter sido dado a conhecer o testamento de Henrique IV. De acordo com o mesmo, sua filha Dona Joana seria a herdeira do trono de Castela e D. Afonso V seu governador. A acreditarmos na versão de Rui de Pina, o rei castelhano solicitava ao monarca português que acesse ao seu desejo e que se matrimoniasse com sua filha⁵. O que poderá aliás depreender-se da declaração de o Cura de Palacios quando refere que «*muchas embaxadas fueron e vinieron de los cavalleros de Castilla de la liga de la señora doña Juana, particulares y generales, al rey don Alonso de Portugal, convidándole con ella para casar e con Castilla para reinar*».

Logo de início mostraram-se partidários de D. Afonso V e de Dona Juana, homens de grande poder e senhorio como o marquês de Villena D. Diogo Pacheco, que conservava junto de si a princesa, seus primos o mestre de Calatrava D. Rodrigo Giron e o conde de Ureña Alonso Tellez Giron, ambos irmãos, e ainda D. Alonso de Estuñiga, conde de Béjar e duque de Arévalo. Deles dependia metade de Castela, o que traduz bem a sua força⁷.

² A.N.T.T., *Gaveta XVI*, maço 2, n.º 5. Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, 1967, pp. 171-176.

³ A.N.T.T., *Gaveta XIII*, maço 10, n.º 3.

⁴ Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V*, in «Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa», tomo I, Lisboa, 1790, cap. CLXXVI, pp. 540-541. Sobre esta matéria vejam-se as pertinentes considerações de Manuela Mendonça, *D. João II um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, ed. Estampa, Lisboa, 1991, pp. 103-104.

⁵ *Ob. cit.*, cap. CLXXIII, pp. 537-538.

⁶ Andrés Bernaldez, *ob. cit.*, cap. XVI, pp. 47-48.

⁷ Idem, *ibidem*, cap. X, pp. 28-29.

Conforme demonstrou Manuela Mendonça a decisão de D. Afonso V de entrar no reino de Castela teve o acordo e a aquiescência do príncipe D. João, o qual aconselhou seu pai a assumir as suas funções em consonância com o testamento de Henrique IV⁸. Esta entrada ficou no entanto dependente do bom acolhimento da nobreza castelhana. Para se certificar D. Afonso V enviou ao reino vizinho a Lopo de Albuquerque, conde de Panmacor, que no seu regresso a Portugal era portador de certidões de adesão dos fidalgos acima mencionados⁹.

Consciente do apoio que lhe dispensava uma parte da nobreza castelhana o monarca português ordenou a Rui da Cunha que fosse até junto de Fernando e Isabel a Católica, os quais se encontravam em festas e justas reais na cidade de Valladolid, no sentido de os notificar que sendo casado com D. Joana, filha legítima do rei Henrique IV, o reino de Castela lhe pertencia de pleno direito. Na resposta os Reis Católicos manifestavam opinião diferente pelo que aconselhavam o rei de Portugal a não entrar nessa aventura, invocando a seu favor razões de natureza jurídica¹⁰.

Perante o impasse restava a Afonso V tomar a iniciativa. Assim, acompanhado de numeroso exército entrou na segunda quinzena de Maio em território de Castela, assentando o seu arraial na fortaleza da Codiceira e de seguida em Piedrabuena, onde se despediu do príncipe D. João. Divergem sobre os efectivos militares Rui de Pina e Andrés Bernaldez. Assim, enquanto primeiro nos fala de cinco mil e seiscentos cavaleiros e catorze mil peões¹¹, o segundo apresenta um contingente menor ao referir três mil e quinhentos cavaleiros e numerosa peonagem¹².

Entretanto D. Afonso V chegou a Plasencia, onde era aguardado pelos fidalgos castelhanos, com a finalidade de receber como mulher a sua sobrinha D. Joana. O casamento realizado em 25 de Maio de 1475, foi celebrado pelo bispo de Coimbra D. João Galvão¹³. Em uníssono todos proclamaram «*Castilla, Castilla por el rey don Alonso e por la reina doña Juana su muger*»¹⁴.

A campanha de D. Afonso V por terras castelhanas durante os primeiros meses do Verão de 1475 é-nos sintetizada por o Cura de

⁸ *Ob. cit.*, pp. 102-103.

⁹ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXIII, pp. 537-538.

¹⁰ *Idem, ibidem*, cap. CLXXIV, p. 539.

¹¹ *Idem, ibidem*, cap. CLXXVII, p. 541.

¹² Andrés Bernaldez, *ob. cit.*, cap. XVII, p. 48.

¹³ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXVIII, pp. 542-543.

¹⁴ Andrés Bernaldez, *ob. cit.*, cap. XVII, pp. 48-49.

Palacios deste modo: «movió el rey don Alonso su hueste e partió de Placencia la via de tierra de Campos, requiriendo a los alcaides le entregassen las villas e castillos por do iba; e dellos decian «*Andad, señor, adelante que esto todo es vuestro*»; *dellos se las davan e otros se le defendian. E siguió su via hasta las cibdades de Toro y Zamora; e llegando luego se le entregaron, que estavan por el. Y assentó su estado por alli algun tiempo, que tenía mucha parte de villas e castillos por cerca de aquella rivera de Duero; e alli llegó muy gran gente para si necessario le fuera aver batalha*»¹⁵.

Cumprê sublinhar que D. Afonso V dispôs da colaboraçã do fidalgo castelhano João de Ulhoa na entrega da cidade de Toro. No entanto seu irmão Rodrigo de Ulhoa era casado com uma senhora que seguia o partido dos Reis Católicos e por isso resistiu na entrega do castelo dessa cidade. Em reconhecimento da sua açã, João de Ulhoa passou a pertencer ao conselho de D. Afonso V, casando-se sua filha D. Maria de Ulhoa com o conde de Marialva Francisco Coutinho, o qual recebeu em atençã à lealdade de seu sogro, entretanto falecido, por mercê de 4 de Junho de 1476, outorgada em Toro, a vila e o castelo de Castelo Rodrigo¹⁶.

A par da intensa actividade militar de D. Afonso V por terras zamaranas, os Reis Católicos preparavam idêntica resposta em Portugal com a finalidade de enfraquecer a operacionalidade do exército português no País vizinho. A este respeito torna-se evidente a carta outorgada em 10 de Maio de 1475, pelo rei Fernando o Católico, ao cidadão de Ávila Rodrigo Cortês, ao conceder-lhe a titularidade da vila de Almeida quando a mesma fosse conquistada pelos seus homens de armas¹⁷.

Preocupado com a defesa da fronteira portuguesa o monarca colocou como fronteiro da comarca da Beira ao bispo de Coimbra D. João Galvão¹⁸ e da comarca do Alentejo ao bispo de Évora D. Garcia de

¹⁵ Idem, *ibidem*, cap. XVIII, pp. 50-51.

¹⁶ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXIX, pp. 543-544. A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, livro 39, fol. 92. Publicado por Sousa Viterbo, *A batalha de Touro*, Lisboa, 1900, pp. 98-100.

¹⁷ Archivo General de Simancas, (A.G.S.), *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 478. Documento publicado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandes, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, Valladolid, 1958, n.º 21, pp. 78-82. Cf. o meu estudo *A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478*, in «Anais da Academia Portuguesa da História», II série, vol. 25, Lisboa, 1979, p. 300.

¹⁸ Damião de Góis, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, 1905, cap. LI, p. 144.

Meneses¹⁹. Determinada pela preocupação de aliviar a pressão portuguesa em solo castelhano Isabel a Católica ordena, por carta de 20 de Junho de 1475, ao mestre D. Alonso de Cardenas «que faga la dicha guerra al dicho reyno de Portugal, a fuego e a sangre, entrando en el dicho reyno de Portugal e tornando e devastando e destruyendo qualesquier villas e logares», o que o obrigava a proceder a uma intensa mobilização de homens pertencentes à cavalaria e à peonagem, a qual deveria utilizar todo o tipo de armas com destaque para as bestas de arremeso²⁰. No mesmo dia com o propósito de publicitar a entrega de cidades, vilas e castelos a quem os conquistasse em Portugal, a rainha Isabel mandava difundir os seus propósitos através dos seus senhorios, lugares e jurisdições²¹.

Embora a cronologia dos acontecimentos não seja dum rigor absoluto, em termos de reconstituição, tudo indica que a primeira incursão castelhana em terras de Portugal se deve ter verificado nos últimos dias do mês de Junho de 1475. D. Francisco de Solis, mestre de Alcantara, a partir de Badajoz desenvolveu a sua linha de ataque sobre a área de Elvas, resultando das operações a tomada da praça de Ouguela²². Na sua carta de 31 de Julho desse ano, os Reis Católicos desde a sua estância de Medina del Campo faziam doação dessa fortaleza ao referido mestre²³. Também nesse dia expediram uma circular em que notificavam as cidades de Coria, Badajoz, Trujillo, Cáceres e Albuquerque, que deviam apoiar por todos os meios possíveis ao seu alcance os homens que estivessem ao serviço de D. Francisco de Solis «*que con su casa e gente e con la gente desa tierra faga guerra a fuego e a sangre e todo mal e daño que pudieren en el reyno de Portugal e a los vezinos e moradores del, e al duque don Alvaro de Stuñiga, conde de Plasença, e al marques de Villena e al maestre de Calatrava e conde de Uruña e a la condesa de Medellin e a los otros caualleros sus seçaes e parciales, que contra nos estan reuelados e se redugan a nuestro seruicio e obediencia*»²⁴.

¹⁹ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXCII, p. 564.

²⁰ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 524. Publicado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 25, pp. 85-87.

²¹ Idem, *ibidem*, vol. I, n.º 520. Idem, *ibidem*, tomo I, n.º 23, pp. 84-85.

²² Damião de Góis, *ob. cit.*, cap. LII, p. 145.

²³ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 582. Documento sumariado por António de la Torre e Luiz Suarez Fernandez, *ob. cit.*, tomo I, n.º 28, p. 89.

²⁴ Idem, *ibidem*, vol. I, n.º 638. Idem, *ibidem*, tomo I, n.º 29, pp. 89-92.

Dando provas de forte ligação à causa de D. Afonso V, a condessa de Medellin D. Beatriz Pacheco, irmã do marquês de Vilhena, manteve-se determinada no castelo de Merida, tendo aí acolhido o bispo de Évora D. Garcia de Meneses quando foi derrotado pelo mestre de Santiago. Com a retirada do rei português refugiou-se a condessa em Santarém, passando a receber por mercê de 1 de Maio de 1480, com início no primeiro dia do ano, a tença anual de 178.327.000 reais brancos²⁵.

Durante a ocupação de Ouguela pelos castelhanos, cuja permanência deve ter sido curta, travaram-se algumas escaramuças entre combatentes de ambos os lados. Um dos momentos mais dramáticos desses combates verificou-se entre os intrépidos cavaleiros Galindo, castelhano, e João da Silva, camareiro-mor de o príncipe D. João, tendo resultado dessa refrega a morte de ambos²⁶.

Alguma ressonância tiveram os feitos militares que se viviam na fronteira no conjunto das cidades e vilas de Portugal. Sente-se esta inquietação na vereação realizada na câmara do Porto, em 12 de Julho de 1475, ao dar-se a notícia de que alguns navios galegos «*andavam darmada*» e que já tinham apressado embarcações nacionais de Vila do Conde. Conscientes os homens bons portugueses do perigo que os ameaçava deliberaram «*por aujsamento*» em Matosinhos e em S. João da Foz, com o intuito de prevenir qualquer ataque²⁷. Correspondendo a uma medida de mobilização geral procedeu-se na vereação do dia 15 do mesmo mês à leitura duma carta do príncipe D. João, escrita em Portalegre a 19 de Maio desse ano, em que se inquiria às autoridades locais «*quantos homeens ha nesse lugar despostos para tomar armas*», sendo dadas instruções no sentido de com «*gram presa facaaes ajuntar por pregam todos os desse lugar e de sseu termo e saibaaes quantos soom uasalos e quanto he a outra gente de pee e asy o conto dos que teem caualos*». Dando cumprimento a esta determinação foram encarregados Fernando Alvares da Maia, de efectuar diligências nos limites urbanos; João Rodrigues Andorinho no julgado de Aguiar; Lopo Vieira no julgado de Penafiel; Alvaro Rodrigues no julgado da Maia²⁸. Muito

²⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fol. 26v. Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, pp. 51-53.

²⁶ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXXIII, pp. 549-550.

²⁷ Arquivo Municipal do Porto (A.M.P.), *Livro 4 de Vereações*, fol. 55. Veja-se sobre o assunto Artur Magalhães Basto nas suas notas ao *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, Porto, 1940, pp. 226 e seg.

²⁸ A.M.P., *Livro 4 de Vereações*, fol. 71.

embora não se conheçam os resultados do apuramento, sabe-se que o mesmo foi feito conforme o atesta a carta do príncipe D. João de 23 de Dezembro do referido ano²⁹.

O clima de ansiedade que se vivia no Porto devido aos prenúncios de guerra aumentava de intensidade à medida que as cidades e lugares se aproximavam do teatro das operações. Um importante documento emanado da chancelaria de D. Afonso V, de 14 de Maio de 1480, por mim revelado, mostra que toda a fronteira portuguesa foi duramente atingida no período compreendido entre 1475 e 1478 e abrangeu vinte e oito localidades situadas entre o Sabugal, na região da Beira e Alcoutim na região do Algarve. De todas as regiões a mais flagelada foi a do Alentejo com a afectação de vinte e três cidades e vilas³⁰.

Com a finalidade de debilitar a acção portuguesa em terras de Zamora, os Reis Católicos ensaiaram uma estratégia que consistia na intensificação de ataques na área de Portalegre. Deste modo em princípios de 1476 o mestre de Alcantara D. Alonso de Monroy apoderou-se da vila de Alegrete³¹ e ao que parece da vila de Arronches. Uma carta dos Reis Católicos de 31 de Janeiro desse ano fazia doação dessas vilas ao marechal Alonso de Torres, com toda a jurisdição sobre ambas³². Segundo Rui de Pina a libertação de Alegrete apenas foi possível mais tarde por iniciativa do príncipe D. João no mês de Fevereiro de 1477³³.

Isabel a Católica multiplicou-se em esforços para enfraquecer o apoio interno à causa de D. Joana e de D. Afonso V. Desde Valladolid, onde se encontrava, por instrumento de 13 de Novembro de 1475, dava instruções ao corregedor de Salamanca D. Diogo de Osório para que averiguasse os bens existentes na cidade que fossem pertença de partidários do rei de Portugal, procedendo, logo que os mesmos fossem inventariados, à sua confiscação³⁴. Dentro da sua lógica beligerante a rainha Isabel ainda em Valladolid, enviava uma ordem, em 10 de Janeiro de 1476, ao prior de S. Juan, D. Alvaro de Stuñiga, para que combatesse com todos os seus meios as hostes portuguesas e dos seus partidários, com destaque para o arcebispo de Toledo, o marquês de Villena e o

²⁹ Idem, *ibidem*, fol. 76.

³⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fol. 158. Documento por mim publicado na *Ob. cit.*, pp. 322-324.

³¹ Damião de Góis, *ob. cit.*, cap. LII, p. 145.

³² A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 896. Sumariado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 36, p. 109.

³³ *Ob. cit.*, cap. CCI, p. 579.

³⁴ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 780. Publicado por António de La Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 33, pp. 99-100.

mestre de Calatrava D. Rodrigo Tellez Giron³⁵. Alguns dias mais tarde, em 25 de Janeiro, desde a mesma cidade os Reis Católicos mandaram confiscar os bens que Alvaro Pérez Osorio possuía em Ciudad Rodrigo e os perdeu por estar ao lado do monarca português³⁶.

O ano de 1475 nos derradeiros meses foi palco de diversos ataques ao território português. Segundo Andres Bernaldez o mestre de Santiago D. Alonso de Cárdenas invadiu por diversas vezes o nosso país³⁷, o que aliás é corroborado por Damião de Góis quando afirma que se infiltrou em Portugal no espaço de setenta e cinco quilómetros sem deparar com qualquer tipo de resistência³⁸. Também Jerónimo Zurita refere que em Outubro de 1475 quatro galeras aragonesas entraram pelo rio Guadiana e puseram a saque o lugar de Alcoutim³⁹. A ocupação do castelo de Noudar pelo exército castelhano de Martin de Sepulveda foi outra realidade, que apenas o acordo estabelecido entre esse fidalgo e o príncipe D. João possibilitou a sua devolução a Portugal⁴⁰.

Dando provas de afecto e consideração por seu filho, o rei D. Afonso V, desde a praça de Toro, através da carta de 5 de Janeiro de 1476, reiterou o seu propósito ao declarar que o infante D. Afonso, filho do príncipe D. João, sucederia a seu pai caso este viesse a falecer⁴¹. Este compromisso voltou a ser reafirmado pelo próprio monarca em 16 de Fevereiro, ordenando aos seus súbditos que o jurassem por herdeiro do trono⁴². O juramento do infante D. Afonso foi celebrado em Lisboa no dia 6 de Março, na ausência do pai e do avô⁴³. Estando, ainda, em Toro, em 5 de Junho de 1476, o rei de Portugal voltou a demonstrar o seu inequívoco desejo de conservar a transmissão da coroa a favor de seu neto D. Afonso, dando assim a tranquilidade desejada ao príncipe D. João⁴⁴.

³⁵ Idem, *ibidem*, vol. I, n.º 867. Idem, *ibidem*, n.º 34, p. 100-102.

³⁶ Idem, *Patronato Real*, n.º 5077, leg. 59, fol. 24. Idem, *ibidem*, vol. I, n.º 35, pp. 102-103.

³⁷ *Ob. cit.*, cap. XL, p. 90.

³⁸ *Ob. cit.*, cap. LII, p. 145.

³⁹ *Anales de la Corona de Aragón*, 2.ª parte, tomo IV, Zaragoza, 1668, p. 246.

⁴⁰ *Ob. cit.*, cap. CCI, p. 580.

⁴¹ A.N.T.T., *Livro 1 de Reis*, fols. 44-44v.

⁴² Idem, *Gaveta XIII*, maço 9, n.º 44; *maço 2 de Cortes*, n.º 16; *Livro 1 de Reis*, fols. 60-61v e *Livro 2 de Místicos*, fols. 56v-57.

⁴³ Idem, *maço 2 de Cortes*, n.º 18.

⁴⁴ Idem, *Livro 2 de Místicos*, fols. 62-62v. Um importante passo celebrado, na sequência do Tratado de Alcaçovas de 4 de Setembro de 1479, com vista à obtenção da paz entre Portugal e Castela consistiu na capitulação efectuada entre D. Afonso V

Este entretanto foi chamado por seu pai a Zamora na iminência do choque entre as duas facções em conflito. Cumprindo a determinação paterna para lá se dirigiu com a sua hoste tendo chegado a Miranda do Douro. Avisado pelo capitão de ginetes Vasco Chichorro da traição preparada na ponte de Zamora por falsos partidários de seu pai, que os queriam matar, retornou à cidade da Guarda⁴⁵. Depois de reunir o conselho e organizar os preparativos militares, provendo ainda as frontarias com capitães e alcaides, deixou a sua mulher D. Leonor com poderes suficientes e dirigiu-se para Castelo Rodrigo⁴⁶. Foi nesta localidade, que em 24 de Janeiro de 1476, conferia à mencionada princesa, enquanto estivesse ausente em Castela, uma carta patente em que lhe atribuía as funções de encarregada do governo do reino⁴⁷. Entretanto, o príncipe D. João dirigiu-se a San Felizes de los Gallegos, junto de Ledesma, e daí seguiu para Toro, onde já se encontrava D. Afonso V⁴⁸.

Reservo-me para outra altura um estudo aprofundado sobre a conjuntura que teve como epílogo a batalha de Toro, desferida em 2 de Março de 1476. Um levantamento da nobreza portuguesa revela-me a presença de duzentos fidalgos, cuja identificação me foi possível determinar e darei a conhecer oportunamente⁴⁹. Apenas direi que além de João Ulhoa, acima mencionado, alguns fidalgos castelhanos mantiveram-se indefectíveis do rei de Portugal. Um deles foi Juan de Porras, que após o desbarato de Toro aconselhou D. Afonso V a refugiar-se em Castro Nuño⁵⁰. Tendo vindo para Portugal, exerceu as funções de mordomo do mencionado monarca e recebeu de seu sucessor, por carta de 26 de Junho de 1481, a tença anual de 211.000 reais brancos⁵¹. Outro indefectível foi Pedro de Mendaña, alcaide de Castro Nuño, que com sua

e Fernando o Católico, relativa ao casamento do infante D. Afonso com D. Isabel de Castela, filha dos Reis Católicos, que teve lugar em Toledo a 6 de Março de 1480 (A.N.T.T., *Gaveta XVIII*, maço 11, n.º 2. Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, 1971, pp. 581-605).

⁴⁵ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXXIV, p. 550.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, cap. CLXXXVI, pp. 553-554.

⁴⁷ A.N.T.T., *Gaveta XVIII*, maço 4, n.º 24. Publicado em *as Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, Lisboa, 1970, pp. 488-489.

⁴⁸ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CLXXXVI, pp. 553-554.

⁴⁹ A minha investigação neste domínio permite-me alargar a meia centena de fidalgos conhecidos para as duas centenas.

⁵⁰ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXCI, pp. 559-563.

⁵¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 2, fol. 44v. Publicado por Sousa Viterbo, *ob. cit.*, pp. 49-51.

mulher e outros fidalgos acolheu o rei de Portugal na sua fortaleza. Resistindo a todas as tentativas de aliciamento feitas por Fernando o Católico, apenas se rendeu em 1479⁵². Da sua instalação e do seu séquito na cidade do Porto deu fé a vereação de 3 de Novembro de 1479, a qual deu indicações para que o fidalgo se aposentasse na Estrebaria e os seus homens se repartissem pela cidade, por Gaia e por Vila Nova⁵³.

Outras vereações se pronunciaram acerca dos problemas desta instalação, a qual colidia com os privilégios da cidade⁵⁴. Com o máximo intuito de livrar o burgo de tão incómoda presença, o rei D. João II designou a Pero Mendaña, por carta de 18 de Março de 1488, alcaide-mor da vida de Barcelos e seu termo⁵⁵. Ainda outro fidalgo castelhano que abandonou na sua pátria «villas e lugares, vasalos e criados» para servir D. Afonso V foi Martin Fernandez de Toar, que recebeu de D. João II, por carta de 30 de Dezembro de 1493, a tença anual de 540.000 reais brancos⁵⁶.

Segundo Rui de Pina quando no mês de Maio de 1475 o rei D. Afonso V entrou em Arronches, outorgou uma carta em que declarava que todas as doações e graças que passassem dos 10.000 reais brancos e fossem por ele concedidas, sem ter a aprovação de seu filho, não teriam qualquer espécie de valor⁵⁷. É provável que assim tenha sido embora a carta régia que se conhece sobre esta matéria seja posterior. Alguns dias após a batalha de Toro, estando o rei português nessa cidade, por carta do dia 15, declarou que permanecendo ele nesse reino e possuindo seu filho o regimento do reino de Portugal, todas as doações que fizesse de vilas, lugares e rendas não teriam qualquer valor sem o consentimento do príncipe D. João⁵⁸.

A guerra entre os beligerantes mantinha-se acesa. Os Reis Católicos, por carta de 21 de Maio de 1476, ordenavam a todas as autoridades e concelhos da Andaluzia, com excepção de Córdoba, e do seu bispado, para que auxiliassem D. Rodrigo Ponce de Leon, marquês de Cadiz, na preparação de expedições contra a fronteira portuguesa⁵⁹. Este e outros

⁵² Rui de Pina, *ob. cit.*, cap. CXCI, pp. 559-553.

⁵³ A.M.P., *Livro 4 de Vereações*, fols. 93-93v.

⁵⁴ Artur Magalhães Basto, *ob. cit.*, pp. 241-248.

⁵⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 18, fols. 52-52v.

⁵⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 27, fol. 87. Publicado por Sousa Viterbo, *ob. cit.*, pp. 110-111.

⁵⁷ *Ob. cit.*, cap. CLXXV, p. 540.

⁵⁸ A.N.T.T., *Gaveta XIII*, maço 10, n.º 4.

⁵⁹ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 1189. Documento sumariado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, doc. 43, p. 114.

motivos justificam que após a batalha real o rei português acordou com o seu conselho o rápido regresso do príncipe D. João a Portugal. A partida deu-se na semana Santa [Abri] de 1476, tendo o príncipe sido bem acolhido pelo alcaide de Castro Nuño. Entrou por Miranda do Douro e enviou o bispo de Évora para a frontaria do Alentejo, seguindo para a cidade da Guarda onde se encontrava a mulher. Depois percorreu a linha da fronteira para se assegurar da sua operacionalidade⁶⁰. Baseados em Damião de Góis e em Mosen Diego de Valera defendemos a hipótese de que a invasão do mestre de Santiago e de Fernan Gomez de Solis se verificou nos meses de Abril e Maio de 1476⁶¹.

Divergem os cronistas acima mencionados sobre os efectivos militares invasores. Enquanto o cronista português escreve que este se limitava a duas mil lanças⁶², o castelhano opina que entraram em Portugal mil cavaleiros e oito mil peões⁶³. Segundo a versão deste autor o príncipe D. João permaneceu na defensiva em Évora, tendo os castelhanos apreendido grande quantidade de gado⁶⁴. Mais substancial se apresenta a exposição do autor português, segundo o qual o referido príncipe enviou a D. Alonso de Cardenas dois mensageiros, Diogo da Silva de Meneses e D. João de Sousa, os quais iriam transmitir ao mestre de Santiago a informação de que no reduto de Évora havia um forte contingente português, tendo como guarda avançada capitaneada pelo bispo de Évora uma hoste de trezentos cavaleiros⁶⁵. Receoso D. Alonso de Cardenas, com a supremacia militar portuguesa deixou o território pelo porto de Mourão, perdendo uma centena de homens⁶⁶. Como já vimos a versão de Mosen Diego de Valera aponta para a recusa dos portugueses em combater⁶⁷.

Durante o verão de 1476 os Reis Católicos desenvolveram uma intensa actividade de neutralização dos intentos de D. Afonso V. Por carta de 2 de Junho desse ano referem a concórdia entre eles estabelecida com o mestre de Calatrava D. Rodrigo Téllez Girón, a quem perdoavam bem como aos seus cavaleiros, de qualquer delito praticado durante a

⁶⁰ Damião de Góis, *ob. vit.*, cap. LXXXIII, pp. 218-219.

⁶¹ Humberto Naquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 308-309.

⁶² Damião de Góis, *ob. cit.*, cap. XCVI, pp. 247-248.

⁶³ Mosen Diego de Valera, *Crónica de los Reyes católicos*, ed. de Juan de Mata Carriazo, Madrid, 1927, cap. XXV, p. 85.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Damião de Góis, *ob. cit.*, cap. XCVI, pp. 247-250.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, cap. XCVI, pp. 248-250.

⁶⁷ *Ob. cit.*, cap. XXV, p. 85.

passada guerra, incluindo mortes de homens e outros desacatos⁶⁸. Também pelas instruções de 5 de Junho de 1476 ao embaixador em Roma, Garcia Martinez de Lema, os Reis Católicos encarregavam-no de requerer ao papa para não conceder dispensa para o matrimónio de D. Afonso V com D. Joana, que era sua sobrinha⁶⁹.

Completamente desiludido D. Afonso V decidiu partir para França, numa derradeira esperança, entregando o governo do rumo a seu filho em 27 de Agosto de 1476⁷⁰. Neste mesmo dia o monarca concedeu plenos poderes a seu filho para poder contratar com os altos dignitários de Castela sobre as relações entre os dois países⁷¹. Em recompensa dos relevantes serviços prestados pelo príncipe em Toro, o monarca concedeu-lhe nesse dia a vila de Elvas, com jurisdição civil e criminal, apenas com ressalva da correição e das alçadas⁷². No fim deste mês deixou o rei o porto de Lisboa, numa frota de 16 naus e 5 caravelas, rumo a França, ainda na expectativa dum auxílio de o rei Luis XI favorável às suas pretensões⁷³.

A guerra entre os dois reinos abrandou consideravelmente durante o ano de 1477. Os ataques castelhanos à fronteira portuguesa diminuíram sensivelmente. Em 30 de Agosto desse ano a rainha Isabel concedia poderes ao conde de Faria para que encetasse negociações tendentes a alcançar uma trégua que fizesse cessar os combates entre Albuquerque e Sevilha⁷⁴.

Após a sua desafortunada viagem a França, Afonso V regressou a Cascais em 15 de Novembro desse ano, onde tomou conhecimento que o príncipe D. João foi proclamado rei de Portugal quatro dias antes. Prontamente o mesmo apressou-se a devolver o trono ao progenitor⁷⁵. O afrouxamento da guerra não obstou a que os castelhanos pretendessem manter em solo português alguns pontos de apoio, como era o caso da fortaleza de Segura. A carta dos Reis Católicos de 6 de Março de 1478

⁶⁸ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 238. Sumariado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 46, p. 115.

⁶⁹ Idem, *Patronato Real*, n.º 1412, leg. 16, fol. 56. Idem, *ibidem*, vol. I, n.º 47, pp. 115-117, onde se publica o documento.

⁷⁰ A.N.T.T., *Livro 1 de Reis*, fols. 94v-95v.

⁷¹ A.N.T.T., *Gaveta XIII*, maço 10, n.º 8.

⁷² A.N.T.T., *Gaveta XII*, maço 7, n.º 8 e *Livro 1 de Reis*, fol. 128.

⁷³ Joaquim Veríssimo Serrão, *Relações Históricas entre Portugal e a França, (1430-1481)*, Paris, 1975, pp. 108 e seg.

⁷⁴ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo I, n.º 2611. Publicado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, p. 138.

⁷⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 138.

dava instruções a todas as cidades e lugares do reino de Castela para que auxiliassem, se fosse necessário, o duque de Arévalo, D. Álvaro de Estuñiga, que possuía essa fortaleza⁷⁶.

Invocando os notáveis serviços que o príncipe D. João lhe prestara em Castela e Portugal, o rei fez-lhe doação em 3 de Junho desse ano da vila de Penamacor, com o seu castelo, jurisdição e todas as rendas que a coroa possuía, apenas com ressalva da correição e das alçadas⁷⁷. Anteriormente, a 16 de Abril, concedeu poderes ao príncipe para nomear e exonerar capitães e executar as medidas necessárias na condução da guerra com Castela⁷⁸. Novamente, em 19 de Agosto, o rei tornou a invocar os relevantes serviços que seu filho lhe prestou em Castela e Portugal, pelo que lhe doava as fortalezas de Portalegre e Alegrete, com jurisdição e rendas, apenas com ressalva da correição e das alçadas⁷⁹.

Por fim a paz celebrada entre Portugal e Castela, em 4 de Setembro de 1479, veio pôr termo ao conflito existente entre os dois reinos⁸⁰. Movido por razões pessoais, que certamente tinham a ver com as negociações das terçarias, o rei D. João II por carta de 11 de Março de 1482 dava instruções à vereação da cidade do Porto para que celebrasse em procissão solene a batalha de Toro, procurando assim através desse cerimonial evocar o espírito beligerante do povo português⁸¹. A atitude de desconfiança do monarca face a Castela começou a atenuar-se quando em 3 de Agosto de 1487, ao ter conhecimento da conquista de Málaga pelos castelhanos, escreveu à Câmara de Lisboa pedindo-lhe para que repicassem os sinos e no dia seguinte fizessem uma procissão em acção de graças⁸². Como corolário de um processo de aproximação a Castela, a carta de 1 de Março de 1491 enviada à Câmara de Lisboa recomendava que cessassem as procissões alusivas a Toro pois com o casamento do príncipe D. Afonso com Isabel, filha dos Reis Católicos, estreitavam-se os laços de amizade entre as duas nações peninsulares⁸³.

⁷⁶ A.G.S. *Registro General del Sello*, tomo II, n.º 378. Publicado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 91, pp. 149-150.

⁷⁷ A.N.T.T.. *Livro 1 de Reis*, fol. 41 e *Livro 2 de Místicos*, fol. 51v-52.

⁷⁸ Idem. *Gaveta XIII*, maço 10, n.º 6.

⁷⁹ Idem. *Gaveta XI*, maço 7, n.º 11 e *Livro 1 de Reis*, fols. 115-116v.

⁸⁰ A.G.S. *Patronato Real* n.º 4089, leg. 49, fol. 44. Publicado por António de la Torre e Luis Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol. I, n.º 165, pp. 245-284.

⁸¹ Sousa Viterbo, *ob. cit.*, pp. 10-15, onde se publica o documento.

⁸² Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo I, Lisboa, 1885, p. 358.

⁸³ Sousa Viterbo, *ob. cit.*, p. 15, onde se publica o documento.

Selava-se deste modo a paz, sempre na mira duma futura união dos estados profundamente desejada pelos monarcas dos dois reinos.

Apesar dos inegáveis êxitos alcançados pelo príncipe D. João em terras de Zamora e na defesa da fronteira portuguesa temos de convir que a derrota das pretensões de D. Afonso V em Castela se ficou devendo em parte à sua incapacidade no plano militar e à operacionalidade do exército dos Reis Católicos. A comprovar a sua brilhante estratégia temos a constante flagelação da nossa fronteira na sua segmentação mais desguarnecida, o que conduziu inevitavelmente ao enfraquecimento militar português incapaz de suster uma hemorragia em homens, do mesmo modo que as terras situadas entre o Sabugal e Alcoutim sofreram uma forte quebra nos seus recursos materiais. Sem dúvida que a estratégia ensaiada pelos Reis Católicos resultou plenamente no seu intento, aliás conseguido, de unir Castela a Aragão em prejuízo do desiderato de D. Afonso V.